

ATA DE REUNIÃO DO GT EDIFICAÇÕES	Brasília – DF
Assunto: Reunião do Grupo Técnico de Edificações do CGIEE	Data: 07/07/2017

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
George Alves Soares	MME	(61) 2032-5004	george.soares@mme.gov.br
Jairo Coura	MCTIC	(61) 2033-7904	jairo.coura@mctic.gov.br
Célia Castro Alves	MPDG	(61) 2020-1531	celia.alves@planejamento.gov.br
Mariana R. Martins	CBIC	(41) 99129-4865	mariana@ghome.com.br
Alexandra A. Maciel	MMA	(61) 2028-2280	alexandra.maciel@mma.gov.br
Hanna Salian	GIZ	(61) 95835-2062	hanna.salian@giz.de
Bernardo Dorr	GIZ	(61) 98135-4442	bernardo.dorr@giz.de
Ana Cristina Maia	EPE	(21) 3512-3263	ana.maia@epe.gov.br
Marcel da Costa Siqueira	Eletrobras	(21) 2514-5705	marcel@eletrobras.com
João Queiroz Krause	Eletrobras	(21) 2514-6230	joao.krause@eletrobras.com
Estefânia Neiva de Mello	Eletrobras	(21) 2514-4861	estefania.mello@eletrobras.com
Rosaura Morais	Inmetro	(21) 2563-5653	rmmorais@inmetro.gov.br
Pedro Henrique P. Costa	Inmetro	(21) 2563-2928	phcosta@inmetro.gov.br
Roberto Lamberts	UFSC	(48) 3271-2390	roberto.lamberts@ufsc.br

PAUTA SUGERIDA - 07/07/2017 (9h30 – 12:00h)

1. **Abertura;**
2. **Aprovação da ata anterior;**
3. **Informação sobre atividades realizadas – por área (máx. 15 min.);**
4. **Elaboração do Plano de Trabalho (continuação);**
5. **Outros assuntos;**
6. **Próxima reunião**

A reunião ocorreu nas dependências do Ministério de Minas e Energia (Brasília) na Sala 552, na Sede da Eletrobras, (Rio de Janeiro/Videoconferência) e na UFSC (Florianópolis/Videoconferência) para evitar o deslocamento de participantes. Esta decisão atende ao disposto na Portaria n° 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que restringiu os gastos do Executivo Federal.

1. ABERTURA

Pronunciamento do Coordenador do Grupo Técnico de Edificações, Coordenador de Eficiência Energética do Departamento de Desenvolvimento Energético – DDE/SPE, Sr. George Alves Soares, informando que algumas Instituições não puderam comparecer, dando as boas vindas aos novos participantes, Ana da EPE, Rosaura e Pedro do Inmetro e Hanna e Bernardo da GIZ, e ressaltando a sua satisfação com a presença de todos os convidados permanentes do GT Edificações. Seguiu-se uma breve rodada de apresentações, considerando a presença de novos participantes. A Eletrobras, como Secretaria Executiva do GT ficou responsável pela Ata da reunião.

Como informações preliminares George mencionou a carta solicitando a isenção de taxas para os OIAs (Organismos de Inspeção Acreditados pelo Inmetro), e solicitou uma resposta ao Inmetro. Rosaura (Inmetro) comprometeu-se a verificar o andamento. Marcel fez breve explanação sobre o andamento dos Termos de Referência (TRs) atrelados ao Plano de Aplicação de Recursos do Procel (PAR), informando que quatro foram enviados para a área de contratações. Há ainda dois remanescentes, que originalmente seriam financiados por um P&D Aneel com a Ceron, mas dada a conjuntura do seu processo de privatização não irão adiante, portanto estão sendo desenvolvidos pela equipe técnica do Procel, no âmbito do PAR. Esta semana a área de contratações foi contatada e comprometeu-se a envidar esforços no sentido de agilizar a análise dos TRs. Hanna, da GIZ, fez breve explanação acerca do projeto Rede Sustentar, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, que inclui treinamento de gestores, e análise das contas dos Edifícios Públicos. Já foi publicado um Guia de Diagnóstico Energético. George informou que os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Rede Sustentar são aderentes ao Projeto Sistemas de Energia do Futuro do MME e solicitou a publicação do Guia da GIZ no Procel Info, ao que o Gerente do Procel aquiesceu. George relatou reunião entre o MME, o MCidades (Salette) e

o CB3E (Lamberts) sobre a possibilidade de compulsoriedade da etiquetagem residencial para os projetos do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) nas faixas 2 e 3, por meio do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (Ctech). George comentou ainda sobre a necessidade de normalizar critérios técnicos da etiquetagem gradualmente (iniciando por nichos de mercado) por meio da ABNT, de maneira a usufruir da compulsoriedade conferida pela Lei de Defesa do Consumidor e que para isso seria imprescindível contar com a participação das instituições de classe e representantes do mercado, como CBIC e Sinduscon. Mariana (CBIC) comentou sobre o sucesso do PBQP-H e se manifestou contrária à possibilidade de envolver cartórios no processo, expressando que os órgãos financiadores é que deveriam cobrar a certificação. Pedro, do Inmetro, comenta sobre o problema da falta de *enforcement* no que diz respeito ao cumprimento das normas técnicas com base na Lei de Defesa do Consumidor e informa que o Inmetro tem poder de polícia, caso as normas sejam incorporadas aos seus processos administrativos.

2. APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR

A ATA da última reunião foi aprovada sem ressalvas.

3. INFORMAÇÃO SOBRE ATIVIDADES REALIZADAS – POR ÁREA

Estefânia (Procel) relatou o andamento dos trabalhos da Secretaria Técnica de Edificações (ST), informando que o processo de avaliação e revisão do RTQ-C está concluído e o documento está pronto para ser avaliado pela Comissão Técnica (CT) do Inmetro. O RTQ-R está sendo avaliado pela ST, que solicitou prorrogação de prazo até meados de agosto, por conta do acúmulo de atividades decorrente da conclusão dos períodos letivos nas Universidades. A avaliação de que é fundamental que a reunião da CT ocorra com a maior brevidade possível foi consensual. Diante disso aventou-se a possibilidade de tentar conciliá-la com o evento anual do *Green Building Council* Brasil, que já contará com a participação do Setor e ocorrerá em São Paulo na primeira metade de agosto. Alexandra (MMA) propôs-se a contatar o Felipe Faria do GBC Brasil para perguntar sobre essa possibilidade.

Mantendo a palavra, o MMA informou que as ações do P3E se encerram em dezembro de 2017 e que estão em fase de conclusão do benchmarking para Prédios Públicos Corporativos e ajustes da plataforma online. Informa que o servidor e a base de dados estão no CBCS, mas não há recursos para a sua manutenção após a finalização do projeto. Expressou ainda que entende que algum ministério deveria hospedar essas informações e as demais, do gênero que vierem a ser desenvolvidas, como por exemplo o Sistema Integrado de Gestão de Eficiência Energética em Edificações. Seguiu-se breve discussão sobre o tema e, a princípio, entendeu-se que o MPDG seria o mais adequado para manter as informações.

Sobre a IN02, Célia (MPDG) informa que a revisão ainda não foi encaminhada para consulta pública.

Mantendo a palavra, Célia comentou que o MPDG solicitou reexame do acórdão do TCU, visando à obtenção de efeito suspensivo. Informou ainda que a Comissão Interministerial de Sustentabilidade da Administração Pública (Cisap) retoma as suas atividades em 10 de agosto e que há espaço para a criação de um GT de Eficiência Energética em Edificações a ela atrelado para deliberar mais ativamente sobre a IN 02, a Portaria 23 e suas revisões.

George sugere marcar uma reunião com o TCU e solicitar que sejam incluídas duas perguntas no relatório anual de gestão, sobre a aplicação da IN 02 e da Portaria 23 e convidou o MMA e o MPDG para participarem.

4. ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO - CONTINUAÇÃO

George inicia apresentação sobre o Plano de Trabalho do GT Edificações, colocando os tópicos para aprovação e solicitando aos participantes que se manifestem sobre os pontos nos quais têm interesse e podem contribuir.

A título de contextualização, João comentou que já houve uma consulta ao Inmetro (em 2013) acerca da possibilidade de criar Organismos de Certificação de Pessoas (OPCs) e adotar Profissionais Certificados para o atendimento à Etiquetagem de Edificações de menor porte, que recebeu parecer negativo por entender que o problema do processo era falta de demanda do mercado, não falta de organismos para atendê-lo. Rosaura se comprometeu a buscar esse relatório para compartilhar com os demais membros do GT e se propôs a reavaliar o posicionamento do Inmetro.

Sobre capacitação de pessoas, as diversas instituições participantes entenderam que deve ser um trabalho constante, mas concordaram que há a necessidade de perfazer treinamentos específicos com certa agilidade para a formação de multiplicadores assim que o novo método para o PBE Edifica for regulamentado, de modo a disseminar a sua prática com capilaridade suficiente para atender ao mercado.

Sobre a compulsoriedade, George lembrou a reunião sobre MCMV faixas 2 e 3 via Ctech anteriormente mencionada e, no que diz respeito ao setor público, fomentou a discussão sobre a atualização da IN02 do MPDG e sobre a criação de um Decreto, regulamentando a Lei de Eficiência Energética (Lei 10.295/2001). O Inmetro questiona a necessidade de compulsoriedade e defende a criação de incentivos. A Eletrobras comenta que ambos os aspectos são importantes, mas que vem enfrentando dificuldades nos 8 anos de existência do PBE Edifica em conseguir negociar incentivos, em especial com o poder municipal, dada a necessidade de negociação individual com cada um dos 5570 prefeitos. Ressalta ainda que a discussão com os potenciais financiadores de projetos de eficiência energética também é complexa, dado que em geral estes não têm equipe técnica para

avaliar a adequação a critérios de eficiência para conceder benefícios, além do problema de adicionar uma etapa para a concessão de financiamentos, o que atrapalha a dinâmica de atendimento de metas comumente utilizada na avaliação de funcionários do setor bancário. Alexandra (MMA) pondera que uma das principais fontes de recurso dedicadas à eficiência energética é o Programa de Projetos de Eficiência Energética (ProPEE) da ANEEL e que há problemas para que o setor público consiga acessá-los: Falta de adequação jurídica da gestão pública em relação a contratos de desempenho e remuneração em sistema de reembolso, que depende de um capital de giro inexistente, na maior parte dos casos. Célia (MPDG) discorda da relutância em adotar a compulsoriedade, ressaltando que eficiência e racionalidade deveriam ser premissas não só da administração pública como também da sociedade em geral.

Sobre o período de interrupção de manutenção dos recursos ao CB3E, Marcel (Eletrobras) pergunta sobre a possibilidade de a GIZ cobrir os custos, no âmbito do Projeto Sistemas de Energia do Futuro do MME. Hanna (GIZ) comprometeu-se a verificar a possibilidade.

Quanto à comunicação do andamento das atividades do GT Edificações foi consenso trabalhar a divulgação por meio da *newsletter* do Procel Info. Para tanto se decidiu por trabalhar em 3 etapas: Sugestão de tópicos por parte dos participantes do GT; Elaboração de matérias por jornalistas (do MMA ou da Eletrobras); revisão e adequação técnica pelos membros do GT.

De um modo geral a matriz de participação em relação ao Plano de Trabalho do GT, considerando o posicionamento dos participantes desta reunião, pode ser representada pela Tabela 1.

Tabela 1: Matriz de participação preliminar (o documento aberto circulará entre todos os participantes para que se coloquem participando dos seus temas de interesse/especialidade). *A ser avaliado pelo MME e GIZ, no âmbito do Projeto Sistemas de Energia do Futuro. **A partir da aprovação do PAR 2018. *A colaboração nestas ações ainda será validada posteriormente na EPE.**

Tópicos	Responsáveis												
	MME	MMA	MPDG	MCTIC	Mcidades	MDIC	Eletrobras	Inmetro	Aneel	EPE	CB3E	CBIC	GIZ
1. Regulamentação													
1.1. Identificar normas a serem elaboradas no âmbito da ABNT													
1.2. Incluir as normas identificadas na Comissão de Estudo – ABNT													
1.3. Elaborar as normas													
1.4. Novo método - Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas													
1.5. Novo método - Edificações Residenciais													
1.6. Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC: Anexo A													
1.7. Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC: Anexo B													
1.8. Processo de consulta pública do RTQ-C													
1.9. Processo de consulta pública do RTQ-R													
1.10. Processo de consulta pública do RAC (Anexo A)													
1.11. Processo de consulta pública do RAC (Anexo B)													
1.12. Benchmarks de consumo										***			
1.13. Desempenho Energético Operacional - DEO													
1.14. Criação de novos OIAs/Manutenção de OIAs existentes													
1.15. Certificação de pessoas													
2. Treinamento e capacitação no novo método													
2.1. Capacitação dos OIAs													
2.2. Formação de multiplicadores													
2.3. Treinamento e capacitação de projetistas, construtores e incorporadores													
3. Informações													
3.1. Criação de Sistema Informatizado de Gestão de Certificações													
3.2. Criação de base de dados										***			
3.3. Institucionalização do Site PBE Edifica													
3.4. Fórum de dúvidas relacionadas à etiquetagem													
3.5. Criação de software para correlação de dados e elaboração de indicadores sob medida													
4. Compulsoriedade/Incentivos													
4.1. Estratégias de inclusão da etiquetagem nos programas residenciais via Ctech													
4.2. Estratégia para aperfeiçoar a compulsoriedade na Esfera pública													
4.3. Estratégia para compulsoriedade de edificações comerciais													
4.4. Estratégia para compulsoriedade nas edificações residenciais fora de programas de governo													
4.5. Estudo sobre formas de incentivos para adoção da etiquetagem para o PAR 2018													
5. Comunicação													
5.1. Boletim informativo do GT													
5.2. Plano de Marketing associado ao do Procel													
6. Plano de Aplicação de Recursos - PAR Procel													
6.1. Auxílio técnico aos Termos de Referência													
6.2. Atuação do GT Edificações													
6.3. Suporte técnico do CB3E	*						**						*

5. PRÓXIMA REUNIÃO E ENCERRAMENTO

A próxima reunião foi marcada para 29 de setembro de 2017.

O MME encerra a reunião agradecendo a presença de todos.